



ANAIS
II CONID - CONGRESSO
INTERNACIONAL
DE DIREITO
DA FACCREI



FACCREI



APRESENTAÇÃO

A Faculdade Cristo Rei – FACCREI, Instituição com vinte anos de tradição em ensino superior, promove o CONID – Congresso Internacional de Direito da FACCREI, com a finalidade de promover o diálogo, a troca de saberes e experiências entre doutores, professores, estudantes e profissionais de Direito.

Em 2020, o I CONID teve como tema: Direito, Liberdades e Ativismo Judicial.

Em 2021, o tema do II CONID é: Direito, Saúde, Desenvolvimento Social e Econômico na Atualidade.

O evento traz Resumos Científicos dos seguintes Grupos de Trabalho – GTs:

Direito Econômico e Desenvolvimento.

Direitos fundamentais e inclusão social.

Direito à Saúde.

EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO GERAL

Prof. Dr. Almir Gallassi

Prof.^a Ma. Denise da Silva de Oliveira

CORPO EDITORIAL/ORGANIZADORES

Prof. Dr. Cyro Jacometti

Prof. Me. José Antonio Conceição

Prof. Me. João Lucas Terra

Prof.^a Ma. Cristiane Fernandes

PERIODICIDADE

O Congresso Internacional de Direito – CONID da FACCREI é um evento anual, que teve início em 2020:

I Congresso Internacional de Direito – CONID: Direito, Liberdades e Ativismo Judicial

II Congresso Internacional de Direito – CONID: Direito, Saúde, Desenvolvimento Social e Econômico na Atualidade

AUTOR CORPORATIVO

Faculdade Cristo Rei – FACCREI

Endereço: PR 160, s/n – Conjunto Universitário. CEP 86300-000.

CORNÉLIO PROCÓPIO – PR.

DIRETORIA GERAL

Prof. José Antonio da Conceição

DIRETORIA ACADÊMICA

Prof.^a Cristiane Fernandes

COORDENADORIA DE ENSINO, EXTENSÃO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Prof.^a Denise da Silva de Oliveira

PREFÁCIO

Os Anais do II CONID – Congresso Internacional de Direito da FACCRI trazem resumos de pesquisas com claro enfoque nos Grupos de Trabalho voltados ao **Direito Econômico e Desenvolvimento, Direitos fundamentais e inclusão social** e **Direito à Saúde**, abordando as múltiplas relações entre o Direito e a sociedade atual. Dessa forma, com uma temática que abrange Direito, Saúde, Desenvolvimento Social e Econômico na Atualidade, evidencia-se a relevância e eminente necessidade de ser estabelecido um diálogo com a comunidade do conhecimento jurídico.

A saúde constitui um direito social básico para as condições de cidadania da população brasileira, uma vez que um país somente pode ser denominado desenvolvido na medida que seus cidadãos forem saudáveis, o que depende tanto da organização e do funcionamento do sistema de saúde quanto das condições gerais de vida associadas ao modelo de desenvolvimento vigente. Não é por acaso que o amplo conceito de Saúde da Organização Mundial de Saúde surge após a Segunda Guerra Mundial, permanecendo como referência para as nações do globo até hoje. Diante da tragédia humana revelada no século passado, a Saúde é reconhecida como bem fundamental para a paz e para o desenvolvimento humano, social e econômico.

Desta forma, o II CONID possibilitou que o tema da saúde de todos os povos seja vislumbrado como fundamental para se alcançar a paz e a segurança, dependendo da mais ampla cooperação entre indivíduos e Estados.

A leitura dos resumos apresentados no evento demonstra as diversas ramificações do Direito, explorando suas nuances e trazendo para o centro da discussão o amplo conceito de saúde em suas mais variadas áreas de conhecimento.

Boa leitura!

Prof.ª Ma. Denise da Silva de Oliveira

Coordenação Geral do II CONID - FACCRI

SUMÁRIO

A OBRIGATORIEDADE DA VACINAÇÃO CONTRA O CORONAVÍRUS.....	7
Cláudia Helena do Vale Pascoal Rodrigues	7
DISCRICIONARIEDADE DO PODER DE POLÍCIA COM ENFOQUE NA SEGURANÇA PÚBLICA, TENDO COMO LIMITE O ABUSO DE AUTORIDADE	8
Autor Vinicius Xavier Ribeiro	8
Orientador Ricardo Haddad	8
LAVAGEM DE DINHEIRO E A TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA NO DIREITO BRASILEIRO	9
Autor Guilherme Henrique Alves.....	9
Orientador Ricardo Haddad	9
AVANÇOS E LIMITES DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO DEVER E DA ATUAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR 10	10
Autora Tayná Ribeiro Campos	10
Orientadora Claudia Helena do Vale Pascoal Rodrigues	10
GUARDA COMPARTILHADA: IMPONENTE SOLUÇÃO À ALIENAÇÃO PARENTAL	11
José Alexandre Mattos	11
João Lucas Silva Terra.....	11
UM OLHAR SOBRE O DIREITO AO ESQUECIMENTO NO ORDENAMENTO	12
JURÍDICO BRASILEIRO	12
Rodrigo de Oliveira Gonçalves.....	12
Cláudia Helena do Vale Pascoal Rodrigues	12
O IMPACTO QUE A PANDEMIA DO COVID-19 CAUSOU COM A ADEQUAÇÃO DO JUDICIÁRIO AO TELETRABALHO	13
Jaine da Silva Walder	13
Prof. Dr. Cyro José Jacometti Silva.....	13
A APLICAÇÃO POR ANALOGIA DA LEI 12.318/2010 NA ALIENAÇÃO PARENTAL INVERSA	14
Hugo Nunes de Araújo	14
Cássia Meneguçe.....	14
A EFICIÊNCIA DA LEI MARIA DA PENHA PARA RESTRINGIR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	15
Maria Clara de Carvalho Forcato.....	15
Cyro Jose Jacometti Silva.....	15

APLICABILIDADE E EFETIVIDADE DO ART. 9º, §2º, II, DA LEI Nº 11.340/06 NAS RELAÇÕES EMPREGATÍCIAS	16
Autor Abgail Nunes de Araújo	16
Orientador Ricardo Haddad	16
ESTUPRO E OS RISCOS DE CONDENAÇÃO	16
Autor: Taynara Heloize Conceição Magalhães dos Santos	16
Orientadora Cláudia Helena do Vale Pascoal Rodrigues	17
A COMPETÊNCIA CONCORRENTE DOS ENTES FEDERADOS, FACE AO ESTADO DE CALAMIDADE DECRETADO DEVIDO AO ENFRENTAMENTO DE PANDEMIA, COM ÊNFASE NAS APREENSÕES E CONTROVÉRSIAS JURÍDICAS.....	17
Henrique Cezar Rocha de Lima.....	18
Cyro José Jacometti Silva.....	18
EUTANASIA VIVER E MORRER COM DIGNIDADE	19
Edson dos Santos Rocha Junior.....	19
Wagner Sanches	19
JUSTIÇA RESTAURATIVA: UMA ALTERNATIVA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS EM RAZÃO DA INEFICÁCIA DO SISTEMA PENAL	20
Autor: Luís Henrique Da Costa Caselato.....	20
Orientador: Ricardo Haddad.....	20
SUPERLOTAÇÃO NO SISTEMA CARCERÁRIO E A RESSOCIALIZAÇÃO ATRAVÉS DA ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL	21
Jean Carlos Almeida	21
João Lucas Silva Terra.....	21
RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DA INSCRIÇÃO INDEVIDA DO	22
CONSUMIDOR EM ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO.....	22
Thalita Marques Ferreira	22
Alessandra da Silva Chicarelli Okuno	22

A OBRIGATORIEDADE DA VACINAÇÃO CONTRA O CORONAVÍRUS

Cláudia Helena do Vale Pascoal Rodrigues
claudiapascoalrod@hotmail.com, FACCREI, Cornélio Procópio, Paraná, Brasil.

RESUMO: a Organização Mundial da Saúde, em 11/03/2020, declarou como pandemia a doença causada pelo novo coronavírus - Sars-Cov-2 e, desde então, a humanidade viu-se obrigada a estabelecer regras sanitárias restritivas para impedir ou retardar a propagação da doença. A superlotação de hospitais e a demanda por recursos básicos como o oxigênio, além do heroísmo dos profissionais de saúde pelo mundo, evidenciaram a relevância do cumprimento das medidas restritivas para a superação da crise sanitária. Neste ínterim, a corrida pelo desenvolvimento de uma vacina contra o coronavírus passou a ser prioridade mundial. Com o advento da aquisição de vacinas novas, advindas de variados laboratórios, é provável que em curto prazo a Covid-19 seja controlada, mas para tanto, se faz necessário que um número expressivo de pessoas seja vacinado. Nesse cenário, as pessoas que optarem pela não vacinação, exercendo a sua autonomia da vontade, poderão ter direitos de convivência restringidos, em virtude dessa convicção. **Justificativa:** pretende-se com esta pesquisa, chegar a uma resposta para o conflito existente entre a liberdade individual e a vacinação coercitiva contra o coronavírus. A Constituição Federal preconiza a obrigatoriedade da vacinação de crianças e adolescentes, nos casos apontados pelas autoridades sanitárias; quanto aos adultos, entretanto, não há obrigatoriedade legal. **Método:** pesquisa de caráter bibliográfico como base para o desenvolvimento do estudo, com análise de jurisprudência em sites dos tribunais superiores, artigos e matérias online, com o escopo de responder ao aparente conflito entre garantias fundamentais. **Resultado:** a comunidade científica tem manifestado reiteradamente que a vacina se apresenta como o recurso mais eficaz para a prevenção da Covid-19, demonstrando uma relação diretamente inversa no binômio número de vacinações/número de óbitos. Com o julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade - ADIn 6586 e 6587, no corrente ano, o Supremo Tribunal Federal entendeu que a vacinação compulsória pode ser implementada por meio de medidas indiretas, as quais compreendem, dentre outras, a restrição ao exercício de certas atividades ou à frequência de determinados lugares, excluindo-se as pessoas que têm contra-indicações médicas aos imunizantes, sempre com respeito à dignidade humana. **Conclusões:** ainda que a autonomia da vontade seja uma garantia fundamental, decorrente do princípio da legalidade, o contexto atual deve ter em conta a ponderação entre o bem-estar coletivo e a o exercício da liberdade individual, sobressaindo-se momentaneamente a imposição de medidas coercitivas de vacinação contra a Covid-19, resguardando-se o interesse público, para a proteção da saúde de todos.

PALAVRAS-CHAVE: coronavírus; pandemia; vacinação.

ABSTRACT: the World Health Organization, on 03/11/2020, declared the disease caused by the new coronavirus - Sars-Cov-2 as a pandemic and, since then, humanity has been forced to establish restrictive sanitary rules to prevent

or delay the spread of the disease. The overcrowding of hospitals and the demand for basic resources such as oxygen, in addition to the heroism of health professionals around the world, highlighted the importance of complying with restrictive measures to overcome the health crisis. In the meantime, the race to develop a vaccine against the coronavirus has become a global priority. With the advent of acquisition of new vaccines, coming from various laboratories, it is likely that in the short term Covid-19 will be controlled, but for that, it is necessary that a significant number of people are vaccinated. In this scenario, people who choose not to vaccinate, exercising their autonomy of will, may have restricted rights of coexistence, due to this conviction. **Justification:** the aim of this research is to reach an answer to the existing conflict between individual freedom and coercive vaccination against the coronavirus. The Federal Constitution recommends the mandatory vaccination of children and adolescents, in the cases indicated by the health authorities; as for adults, however, there is no legal obligation. **Method:** bibliographical research as a basis for the development of the study, with analysis of jurisprudence on websites of higher courts, articles and online matters, with the scope of responding to the apparent conflict between fundamental guarantees. **Result:** the scientific community has repeatedly stated that the vaccine is the most effective resource for the prevention of Covid-19, demonstrating a directly inverse relationship in the binomial number of vaccinations/number of deaths. With the judgment of Direct Unconstitutionality Actions - ADIn 6586 and 6587, in the current year, the Federal Supreme Court understood that compulsory vaccination can be implemented through indirect measures, which include, among others, the restriction on the exercise of certain activities or the frequency of certain places, excluding people who have medical contraindications to immunizing agents, always with respect for human dignity. **Conclusions:** although the autonomy of the will is a fundamental guarantee, arising from the principle of legality, the current context must take into account the balance between the collective well-being and the exercise of individual freedom, momentarily emphasizing the imposition of coercive measures of vaccination against Covid-19, safeguarding the public interest, for the protection of the health of all.

KEYWORDS: coronavirus; pandemic; vaccination.

DISCRICIONARIEDADE DO PODER DE POLÍCIA COM ENFOQUE NA SEGURANÇA PÚBLICA, TENDO COMO LIMITE O ABUSO DE AUTORIDADE

DISCRETION OF POLICE POWER WITH A FOCUS ON PUBLIC SECURITY, LIMITING ABUSE OF AUTHORITY

Autor Vinicius Xavier Ribeiro
FACCREI, Cornélio Procópio, Paraná, Brasil.
Orientador Ricardo Haddad
FACCREI, Cornélio Procópio, Paraná, Brasil.

RESUMO: O estudo apresentado tem como objetivo de demonstrar a importância do chamado Ato Discricionário do Poder da Polícia Estatal, tendo uma maior ênfase nos Órgãos de segurança pública, como por exemplo Polícia Federal, Civil e Militar e Estaduais. Dessa forma o “Poder Discricionário de Polícia”, necessita de maiores entendimentos, por se tratar de um assunto tão relevante como esse, para que possa tornar claro e compreensível, diante da atuação policial. Posto isso é larga a margem da escolha da ação do agente policial, pois se tratando de ato discricionário por ele escolhido no momento da atuação “in loco”. Sendo assim, uma mesma situação em momentos diferentes pode ter resultados e atitudes diferentes, em relação ao administrado (cidadão comum), onde por sua vez pode ensejar também em arbitrariedade ao invés de discricionariedade, chegando assim no limite imposto que seria o abuso de autoridade.

PALAVRAS-CHAVE: Ato/Poder Discricionário de Polícia. Órgãos de Segurança Pública. Razoabilidade. Imparcialidade. Legitimidade.

ABSTRACT: The study presented aims to demonstrate the importance of the so-called State Police Power Discretionary Act, with a greater emphasis on public security agencies, such as Federal, Civil and State Military Police. Thus, the "May Police Discretionary", needs greater understanding, because it is such a relevant subject, so that it can make it clear and understandable, in view of the police action. That said, the margin of the police officer's choice of action is wide, because it is a discretionary act chosen by him at the time of the action "on site". Thus, the same situation at different times can have different results and attitudes, in relation to the administered (ordinary citizen), where in turn can also lead to arbitrariness rather than discretion, thus reaching the imposed limit that would be the abuse of authority.

KEY-WORDS: Police Discretionary Act/Power. Public Security Agencies. Reasonableness. Impartiality. Legitimacy.

LAVAGEM DE DINHEIRO E A TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA NO DIREITO BRASILEIRO

MONEY LAUNDRY AND THE WILLFULL BLINDNES DOCTRINE IN THE BRAZILIAN LAW

Autor Guilherme Henrique Alves
FACCREI, Cornélio Procópio, Paraná, Brasil.
Orientador Ricardo Haddad
FACCREI, Cornélio Procópio, Paraná, Brasil.

RESUMO: Este artigo discute sobre a origem da Teoria da Cegueira Deliberada no âmbito internacional, sua conceituação, primeiras aplicações do direito internacional, bem como a sua solidificação no direito dos Estados Unidos. A seguir, o crime de lavagem de dinheiro é explicado desde a suas primeiras

aparições, com a sequente evolução no âmbito internacional até a sua primeira aparição no direito do Brasil. Na sequência, a partir da explicação do dolo na aplicação da teoria da cegueira deliberada para o crime de lavagem de dinheiro, bem como a evolução do delito de lavagem de capitais no direito brasileiro, passa-se à análise de casos concretos de aplicação da doutrina em julgados recentes, para seguir com o exame das implicações legais das interpretações realizadas. Finalmente, o artigo visa expor e explicar a compatibilidade e a utilidade da aplicação da teoria da cegueira deliberada com o ordenamento jurídico brasileiro, especialmente em relação ao crime de lavagem de dinheiro.

Palavras-chaves: Direito Penal Brasileiro. Lavagem de dinheiro. Teoria da Cegueira Deliberada. Doutrina das Instruções do Avestruz.

ABSTRACT: This article discusses the origin of the Willfull Blindness Doctrine in the international scenario, its conceptualization, first applications of international law, as well as its solidification in United States law. Next, the crime of money laundering is explained from its first appearances, with the subsequent evolution in the international arena until its first appearance in Brazilian law. Here after, from the explanation of intent in the application of the theory of deliberate blindness to the crime of money laundering, we begin the analysis of concrete cases of application of the doctrine in recent trials, to continue with the examination of the legal implications of the interpretations that were made. Finally, the article aims at exposing and explaining the compatibility and the utility of the application of the theory of deliberate blindness with the Brazilian legal system, especially in relation to the crime of money laundering.

Keywords: Brazilian Criminal Law. Money laundry. Willfull Blindness Doctrine. The Ostrich Instruction Doctrine.

AVANÇOS E LIMITES DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO DEVER E DA ATUAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

ADVANCES AND LIMITS IN THE STATUS OF CHILDREN AND ADOLESCENTS IN BRAZIL: AN ANALYSIS OF THE DUTY AND PERFORMANCE OF THE GUARDIANSHIP COUNCIL

Autora Tayná Ribeiro Campos
FACCREI, Cornélio Procópio, Paraná, Brasil.
Orientadora Claudia Helena do Vale Pascoal Rodrigues
FACCREI, Cornélio Procópio, Paraná, Brasil.

RESUMO: trata-se de pesquisa sobre os avanços e limites do Estatuto da Criança e do Adolescente enquanto norma jurídica em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, realizando-se uma análise do dever e da atuação do Conselho Tutelar. Para discorrer sobre o tema, o trabalho apresentará um breve histórico do direito da Criança e do Adolescente

no Brasil; a conquista legislativa destacando os direitos assegurados na Constituição Federal de 1988, as medidas socioeducativas previstas na Lei nº. 8.969/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente, e por fim, uma abordagem sobre o Conselho Tutelar em seu dever e atuação. A metodologia desse trabalho será pautada em pesquisa bibliográfica, contando com auxílio de Lei, livros, dissertações, artigos científicos e sites relacionados com o assunto em tela. Assim, espera-se com a conclusão desse trabalho que se torne claro a análise a ser apresentada a respeito do dever e atuação do Conselho Tutelar.

PALAVRAS-CHAVE: Criança; Adolescente; Menor; Estatuto da Criança e do Adolescente; Medidas Socioeducativas; Conselho Tutelar.

ABSTRACT: this is a research on the advances and limits of the Statute of the Child and Adolescent as a legal norm in accordance with the 1988 Constitution of the Federative Republic of Brazil, carrying out an analysis of the duty and performance of the Guardianship Council. To discuss the topic, the work will present a brief history of the rights of Children and Adolescents in Brazil; the legislative achievement highlighting the rights guaranteed in the Federal Constitution of 1988, the socio-educational measures provided for in Law nº. 8.969/90, the Child and Adolescent Statute, and finally, an approach to the Guardianship Council in its duty and performance. The methodology of this work will be based on bibliographical research, with the help of Law, books, dissertations, scientific articles and websites related to the subject at hand. Thus, it is expected with the conclusion of this work that the analysis to be presented regarding the duty and performance of the Guardianship Council becomes clear.

KEY-WORDS: Kid. Adolescent. Smaller. Child and Adolescent Statute. Educational measures. Guardianship Council.

GUARDA COMPARTILHADA: IMPONENTE SOLUÇÃO À ALIENAÇÃO PARENTAL

SHARED GUARD: AN IMPOSING SOLUTION TO PARENTAL ALIENATION

José Alexandre Mattos
FACCRI, Cornélio Procópio, Paraná, Brasil.
João Lucas Silva Terra
FACCRI, Cornélio Procópio, Paraná, Brasil.

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo averiguar em como o Estado pode contribuir na proteção do menor, quanto ao problema da alienação parental. Buscando antes de solucionar este problema, analisar primeiramente a origem do mesmo. No caso em questão, a solução mais apropriada que também será abordada é a guarda compartilhada. A guarda compartilhada foi consagrada no Brasil através da Lei 13.058/14, onde dispõe sobre os direitos e deveres dos genitores, com relação a criação de menores advindos de relacionamento entre os mesmos. Via de regra a guarda compartilhada surgiu no Brasil em 2008, como

uma opção entre os genitores, porém somente após a vigência da lei supracitada, que passou a ser obrigatória em território brasileiro. As referências utilizadas neste ensaio foram bibliográficas, com consulta a livros e artigos específicos, e a metodologia utilizada foi a dedutiva.

PALAVRAS-CHAVE: Alienação Parental. Guarda Compartilhada. Proteção do Menor. Poder de Família.

ABSTRACT: This article aims to investigate how the State can contribute to the protection of minors, regarding the problem of parental alienation. Before solving this problem, first analyze its origin. In the case at hand, the most appropriate solution that will also be addressed is shared custody. Shared custody was enshrined in Brazil through Law 13.058/14, which provides for the rights and duties of parents, with respect to the creation of minors arising from the relationship between them. As a rule, shared custody emerged in Brazil in 2008, as an option between parents, but only after the aforementioned law came into effect, which became mandatory in Brazilian territory. The references used in this essay were bibliographical, with reference to specific books and articles, and the methodology used was deductive.

KEYWORDS: Parental Alienation. Shared Guard. Protection of the Minor. Family Power.

UM OLHAR SOBRE O DIREITO AO ESQUECIMENTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

A LOOK TO THE RIGHT TO BE LET ALONE IN THE BRAZILIAN LEGAL SYSTEM

Rodrigo de Oliveira Gonçalves
FACCRI, Cornélio Procópio, Paraná, Brasil.
Cláudia Helena do Vale Pascoal Rodrigues
FACCRI, Cornélio Procópio, Paraná, Brasil.

RESUMO: Trata-se de pesquisa voltada à análise do direito ao esquecimento no ordenamento jurídico brasileiro. Busca-se explicar como as relações sociais e o acesso às informações se desenvolveram a partir do marco inicial da internet, bem como, evidenciar o princípio da sociedade digital. Neste aspecto, com os novos contornos tecnológicos, é possível identificar que há um conflito aparente de princípios fundamentais, em que o direito à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem se contrapõem ao direito de acesso à informação e a liberdade de imprensa. Sob este prisma, de aparente embate entre direitos fundamentais, emerge a figura do direito ao esquecimento, enfoque da presente pesquisa, tendo por finalidade trazer os conceitos do direito ao esquecimento e situá-lo dentro do ordenamento jurídico, principalmente após o recente julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal, que concluiu que o direito ao esquecimento não foi recepcionado pela Constituição Federal. Para

tanto, neste estudo foi empregado o método dedutivo por meio de pesquisa bibliográfica e análise jurisprudencial.

PALAVRAS-CHAVE: Direito ao Esquecimento. Sociedade Digital. Intimidade. Informação.

ABSTRACT: This is a research aimed at analyzing the right to be forgotten in the Brazilian legal system. We seek to explain how social relations and access to information have developed from the initial of the internet, as well as to highlight the emergence of the digital society. In this regard, with the new technological contours, it is possible to identify that there is an apparent conflict of fundamental principles, where the right to the inviolability of intimacy, private life, honor and image are opposed to the right of access to information and freedom of the press. From this perspective from an apparent between fundamental rights, the figure of the right to oblivion emerges, the focus of this research, with the purpose of bringing the concepts of the right to oblivion and situating it within the legal system, especially after the recent judgment delivered by the Supreme Court, which concluded that the right to oblivion was not received by the Federal Constitution. Therefore, in this study the deductive method was used through bibliographic research and jurisprudence analysis.

KEYWORDS: The Right to be let alone. Digital Society. Intimacy. Information.

O IMPACTO QUE A PANDEMIA DO COVID-19 CAUSOU COM A ADEQUAÇÃO DO JUDICIÁRIO AO TELETRABALHO

THE IMPACT THAT THE COVID-19 PANDEMIC CAUSED ON THE ADEQUACY OF THE JUDICIARY FOR TELEWORK

Jaine da Silva Walder
FACCREI, Cornélio Procópio, Paraná, Brasil.
Prof. Dr. Cyro José Jacometti Silva
FACCREI, Cornélio Procópio, Paraná, Brasil.

RESUMO: A Pandemia do Covid-19 trouxe danos e impactos para o mundo todo, em todas as áreas e segmentos. No Judiciário Brasileiro não foi diferente, o Poder Judiciário concentrou todos os esforços em propor e implantar soluções para garantir o acesso à justiça e seu pleno funcionamento. O Conselho Nacional de Justiça, se mostrou muito importante para tal acontecimento, elaborando um plano de enfrentamento da Pandemia do Covid-19, e colocando-o em prática através das Recomendações, Portarias e Resoluções. Logo, o presente trabalho teve o objetivo de explorar e explicitar as adequações que o Judiciário Brasileiro teve de adotar nesse tempo pandêmico, a fim de verificar se o sistema de prestação de serviços teve melhorias ou outras consequências, dentre as principais que se destacam, foram: a adoção do teletrabalho como regime de

trabalho, a instituição do Plantão Extraordinário e a implantação das sessões judiciais virtuais e remotas.

PALAVRAS-CHAVE: Covid-19. Teletrabalho. Poder Judiciário. Pandemia.

ABSTRACT: The Covid-19 Pandemic brought damage and impacts around the world, in all areas and segments. In the Brazilian Judiciary it was no different, the Judiciary Branch concentrated all efforts on proposing and implementing solutions to guarantee access to justice and its full functioning. The National Council of Justice proved to be very important for such an event, drawing up a plan to deal with the Covid-19 Pandemic, and putting it into practice through the Recommendations, Ordinances and Resolutions. Therefore, this study aimed to explore and explain the adjustments that the Brazilian Judiciary had to adopt in this pandemic time, in order to verify whether the service provision system had improvements or other consequences, among the main ones that stand out, were: the adoption of teleworking as a work regime, the institution of the Extraordinary Service and the implementation of virtual and remote court sessions.

KEYWORDS: Covid-19. Telework. Judicial Power. Pandemic.

A APLICAÇÃO POR ANALOGIA DA LEI 12.318/2010 NA ALIENAÇÃO PARENTAL INVERSA

THE APPLICATION BY ANALOGY OF LAW 12,318/2010 IN REVERSE PARENTAL ALIENATION

Hugo Nunes de Araújo
FACCREI, Cornélio Procópio, Paraná, Brasil.
Cássia Meneguice
FACCREI, Cornélio Procópio, Paraná, Brasil.

RESUMO: A presente pesquisa irá versar sobre a possibilidade de aplicação da lei nº 12.318/2010 em analogia com o Estatuto do Idoso como forma de proteger os idosos contra a alienação parental inversa. Já que por algum motivo ficou uma lacuna no referido Estatuto que não trata especificamente sobre esse assunto, sendo necessário que os magistrados usem então, por analogia a lei de alienação parental, que traz a alienação parental em crianças e adolescentes, que são os abusos psicológicos sofridos pelos vulneráveis através de seus genitores ou responsáveis. A diferença de um caso para outro é que na alienação parental inversa, que pratica os abusos não são os genitores e sim os filhos ou cuidadores, na intenção muitas vezes de obter vantagem financeira e para que isso seja logrado, o alienante tenta afastar o idoso alienado do convívio com terceiros.

PALAVRAS-CHAVE: alienação parental. idoso. alienação parental inversa.

ABSTRACT: This research will discuss the possibility of applying Law No.12,318/2010 in analogy with the Elderly Statute as a way to protect the elderly against reverse parental alienation. Since for some reason there was a gap in the aforementioned Statute that does not specifically address this issue, it is necessary that magistrates then use, by analogy, the parental alienation law, which brings parental alienation in children and adolescents, which is psychological abuse suffered by the vulnerable through their parents or guardians. The difference from one case to another is that in reverse parental alienation, which practices the abuse, it is not the parents but the children or caregivers, often with the intention of obtaining financial advantage and for this to be achieved, the alienator tries to alienate the elderly alienated from contact with third parties.

KEY WORDS: parental alienation. old man. reverse parental alienation. Vulnerability.

A EFICIÊNCIA DA LEI MARIA DA PENHA PARA RESTRINGIR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

THE EFFICIENCY OF THE MARIA DA PENHA LAW TO RESTRICT VIOLENCE AGAINST WOMEN

Maria Clara de Carvalho Forcato
FACCREI, Cornélio Procópio, Paraná, Brasil.
Cyro Jose Jacometti Silva
FACCREI, Cornélio Procópio, Paraná, Brasil.

RESUMO: Este artigo tem por objetivo fazer uma análise completa a respeito da Lei Maria da Penha e como é acesso as mulheres a justiça, baseadas em medidas protetivas, as quais iremos decorrer quais são e se realmente funcionam no nosso ordenamento. A fim de resolver conflitos enfrentados pelas mulheres. Sendo analisados vários temas, artigos e publicações. Finalizando de forma clara sobre questões publicadas na internet, procurando entender realmente o que ocorre com a violência contra as mulheres e as relações de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Maria da Penha; Lei nº 11.340; medidas protetivas; violência doméstica.

ABSTRACT: This article aims to make a complete analysis of the Maria da Penha Law and how women have access to justice, based on protective measures, which we will follow, which are and if they really work in our order. In order to resolve conflicts faced by women. Being analyzed several themes, articles and publications. Closing clearly on issues posted on the internet.

KEYWORDS: Maria da Penha; Law No. 11,340; protective measures; domestic violence.

**APLICABILIDADE E EFETIVIDADE DO ART. 9º, §2º, II, DA LEI Nº 11.340/06
NAS RELAÇÕES EMPREGATÍCIAS**

**APPLICABILITY AND EFFECTIVENESS OF ART. 9, §2, II, OF LAW No.
11.340 / 06 IN EMPLOYMENT RELATIONS**

Autor Abgail Nunes de Araújo
FACCREI, Cornélio Procópio, Paraná, Brasil.
Orientador Ricardo Haddad
FACCREI, Cornélio Procópio, Paraná, Brasil.

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo analisar a aplicabilidade e efetividade do art. 9º, §2º, II da Lei nº 11.340/06 – Lei Maria da Penha – nas relações empregatícias, visto que este artigo dispõe sobre a possibilidade de manutenção do vínculo trabalhista da mulher em situação de violência doméstica e familiar, quando necessário o afastamento do local de trabalho por até seis meses. A metodologia deste trabalho será pautada em pesquisa bibliográfica, contando com o auxílio de leis, livros, dissertações, artigos científicos e sites relacionados com o assunto em tela. Espera-se com a conclusão deste trabalho que se torne claro quais as garantias legais terão a mulher obreira afastada de seu local de trabalho, uma vez que há omissão legislativa quanto aos efeitos jurídicos do dispositivo aqui estudado.

PALAVRAS-CHAVE: Afastamento do local de trabalho. Violência Doméstica. Efeitos Jurídicos. Garantias. Omissão legislativa.

ABSTRACT: This work aims to analyze the applicability and effectiveness of art. 9, §2, II of Law No. 11.340/06 - Maria da Penha Law - in employment relations, since this article provides for the possibility of maintaining the employment relationship of women in situations of domestic and family violence, when necessary the removal of the workplace for up to six months. The methodology of this work will be based on bibliographical research, with the help of laws, books, dissertations, scientific articles and websites related to the subject in tele. With the conclusion of this work, it is expected that it becomes clear what legal guarantees will have the female worker away from her workplace, since there is a legislative omission regarding the legal effects of the device studied here.

KEY-WORDS: Removal from the workplace. Domestic violence. Legal Effects. Warranties. Legislative omission.

ESTUPRO E OS RISCOS DE CONDENAÇÃO

RAPE AND THE RISK OF CONDEMNATION

Autor: Taynara Heloize Conceição Magalhães dos Santos
FACCREI, Cornélio Procópio, Paraná, Brasil.

Orientadora Cláudia Helena do Vale Pascoal Rodrigues
FACCREI, Cornélio Procópio, Paraná, Brasil.

RESUMO: trata-se de pesquisa destinada à análise às consequências do delito de estupro, sendo destacado como característica principal os motivos que levam a distorção no depoimento da vítima. A pesquisa leva em conta dois procedimentos técnicos para a coleta de dados, sendo pesquisas bibliográficas, analisando obras e literaturas que abordam o assunto e pesquisa documental, onde obtém a coleta de dados documentais de casos semelhantes e sua condenação. O tema encontra-se tipificado no artigo 213 do Código Penal Brasileiro, consistindo a conduta na prática forçada da conjunção carnal e outros atos libidinosos diversos da conjunção carnal. No entanto, em alguns crimes não há provas necessárias que comprovem a sua consumação, dando a importância a palavra vítima como fundamental. Embora seja considerado como prova, não se pode ter uma condenação determinada somente pela palavra da vítima, podendo ocorrer desvio de informações verdadeiras, confundindo ou até mesmo se equivocando com os acontecimentos. Em casos que restarem questionamento sobre o delito, há de ter a inocência do criminoso, tendo de analisar cada detalhe presente como fator importante.

PALAVRAS-CHAVE: persecução penal. condenação injusta. vítima. abuso.

ABSTRACT: this is a research aimed at analyzing the consequences of the crime of rape, with the main characteristic being the reasons that lead to distortion in the victim's testimony. The research takes into account two technical procedures for data collection, being bibliographic research, analyzing works and literatures that address the subject and documentary research, which obtains the collection of documentary data from similar cases and their conviction. The subject is typified in article 213 of the Brazilian Penal Code, consisting of a conduct in the forced practice of the carnal conjunction and other libidinous acts different from the carnal conjunction. However, in some crimes there is no evidence to prove their consummation, giving the importance to the word victim as fundamental. Although it is considered as evidence, a conviction cannot be provided only by the word of the victim, which may lead to deviation of true information, confusing or even mistaking the events. In cases where there is still questioning about the crime, the criminal must be innocent, having to analyze each detail present as an important factor.

KEYWORDS: criminal prosecution. wrongful conviction. victim. abuse.

A COMPETÊNCIA CONCORRENTE DOS ENTES FEDERADOS, FACE AO ESTADO DE CALAMIDADE DECRETADO DEVIDO AO ENFRENTAMENTO DE PANDEMIA, COM ÊNFASE NAS APREENSÕES E CONTROVÉRSIAS JURÍDICAS

THE CONCURRENT COMPETENCE OF THE FEDERAL ENTITIES, IN THE FACE OF THE STATE OF CALAMITY DECREED DUE TO THE PANDEMIC, WITH EMPHASIS ON THE LEGAL APPREHENSIONS AND CONTROVERSIES

Henrique Cezar Rocha de Lima
FACCREI, Cornélio Procópio, Paraná, Brasil.
Cyro José Jacometti Silva
FACCREI, Cornélio Procópio, Paraná, Brasil.

RESUMO: o presente artigo tem a finalidade de realizar uma análise acerca do atual momento do ordenamento jurídico de nosso País, devido a Pandemia ocasionada pela infecção do vírus (SARS-CoV-2), o novo “Coronavírus”, causador da doença COVID-19, de alto potencial infeccioso, assim com o intuito de conter seu rápido avanço a Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu algumas orientações, ao passo que Estados e Municípios editaram Decretos de calamidade Pública, e outras medidas também foram adotadas, gerando discussões acerca das competências dos poderes para regular as questões que vem sendo discutidas. Ademais, objetiva-se observar os meios alternativos que o governo encontrou para lidar com os impactos causados pela Pandemia, evidenciando a insegurança jurídica que ocasionou crises no ordenamento jurídico e os diversos mecanismos para sanar algumas adversidades, e torna-se de grande relevância, visto que a partir das discussões, vislumbra as controvérsias, apreensões jurídicas e apodera-se do papel de cada ente federado conforme determina a Constituição Federal. A metodologia utilizada para a concepção desse artigo fundamenta-se em uma pesquisa de natureza básica, com o objetivo de gerar conhecimentos acerca do tema abordado de caráter exploratório, e no decorrer será de forma qualitativa e busca uma investigação teórica do panorama atual.

PALAVRAS-CHAVE: Ordenamento Jurídico. Pandemia. Calamidade Pública. Competências dos Poderes. Apreensões Jurídicas.

ABSTRACT: this article aims to analyze the current moment of the legal system of our country, due to the pandemic caused by the infection of the virus (SARS-CoV-2), the new "Coronavirus", causing the disease COVID-19, with high infectious potential, Thus, in order to contain its rapid advance, the World Health Organization (WHO) issued some guidelines, while States and Municipalities issued Public Calamity Decrees, and other measures were also adopted, generating discussions about the powers of the powers to regulate the issues that have been discussed. Furthermore, the objective is to observe the alternative means the government found to deal with the impacts caused by the Pandemic, evidencing the legal insecurity that caused crises in the legal system and the various mechanisms to remedy some adversities, and it becomes of great relevance, since from the discussions, it glimpses the controversies, legal apprehensions, and takes hold of the role of each federated entity as determined by the Federal Constitution. The methodology used for the conception of this article is based on research of basic nature, with the objective of generating knowledge about the theme addressed of exploratory nature, and during the

course will be qualitative and seeks a theoretical investigation of the current panorama.

KEYWORDS: Legal Order. Pandemic. Public Calamity. Powers of the Branches. Legal Apprehensions.

EUTANASIA VIVER E MORRER COM DIGNIDADE

EUTHANASIA LIVE AND WITH DIGNITY

Edson dos Santos Rocha Junior
Wagner Sanches

RESUMO: A eutanásia é um tema que recai sobre o dilema do livre arbítrio e direito à vida, centrada em uma discussão ampla e densa no âmbito judiciário permeada por aspectos religiosos, morais, éticos e culturais. O Brasil é um país laico e que vive uma democracia, a rejeição da eutanásia no direito brasileiro caracteriza como a vontade de impor a população e pacientes a convicção de uma religião ou pensamento moralista, o que supõe ir na contramão do laicismo. Esta discussão busca refletir sobre este direito nos países que permitem tal prática e comparar com a legislação brasileira, afim de compreender a inviabilidade desta prática nos casos que se referem à autonomia de vontade do paciente, o qual escolhe dispor de sua própria vida, tendo em vista sua extrema dor e sofrimento. Para a construção da pesquisa científica, faz-se necessário fundamentação em uma abordagem que nos auxilie na coleta e interpretação dos dados obtidos e coletados. Desta forma, para que se alcance os objetivos propostos optou-se por realizar uma pesquisa descritiva, de caráter qualitativo e cunho bibliográfico. Os resultados apontam para a construção de ordenamento jurídico que tem discutido bem como problematizado tal questão, mas ainda encontra empecilhos nas vertentes moralista que envolvem o princípio constitucional da vida.

Palavras-chave: Eutanásia. Direito. Liberdade. Vida.

ABSTRACT: Euthanasia is a theme that falls on the dilemma of free will and the right to life, centered on a broad and dense discussion in the judicial sphere permeated by religious, moral, ethical and cultural aspects. Brazil is a secular country that lives a democracy, the rejection of euthanasia in Brazilian law characterizes as the will to impose on the population and patients the conviction of a religion or moralistic thought, which supposes going against secularism. This discussion seeks to reflect on this right in countries that allow such practice and compare it with Brazilian legislation, in order to understand the impossibility of this practice in cases that refer to the autonomy of the patient, who chooses to have their own life, having in view their extreme pain and suffering. For the construction of scientific research, it is necessary to base an approach that helps us in the collection and interpretation of data obtained and collected. Thus, in order to achieve the proposed objectives, it was decided to carry

out a descriptive, qualitative and bibliographic research. The results point to the construction of a legal system that has discussed as well as problematized this issue, but still finds obstacles in the moralistic aspects that involve the constitutional principle of life.

KEYWORDS: Euthanasia. Right. Freedom. Life.

JUSTIÇA RESTAURATIVA: UMA ALTERNATIVA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS EM RAZÃO DA INEFICÁCIA DO SISTEMA PENAL

RESTORATION JUSTICE: AN ALTERNATIVE IN CONFLICT RESOLUTION DUE TO THE INEFFICIENCY OF THE CRIMINAL SYSTEM

Autor: Luís Henrique Da Costa Caselato
Orientador: Ricardo Haddad

RESUMO: Percebe-se que cresce, no atual cenário carcerário brasileiro, o esforço por alternativas à resolução de conflitos, remetendo à construção de um novo modelo/paradigma de justiça criminal que objetive influir ou ainda modificar precisamente o modo de agir e pensar quanto à questão criminal, apresenta-se o modelo de justiça restaurativa. A justiça restaurativa se caracteriza, fortemente, na imersão no conflito, salientando as subjetividades inclusas, empenhando-se, assim, pela restauração, incluindo a reparação de danos provocados à comunidade e à vítima. Diante disso, a presente pesquisa objetiva discorrer acerca da Justiça Restaurativa como modelo apto a combater a ineficácia do atual sistema carcerário brasileiro. Afirma-se que o presente estudo se caracteriza por ser de fundamental importância, uma vez que o sistema penitenciário e, sobretudo, o cenário de ressocialização do apenado, encontra-se em gradual degradação, sendo urgente que o meio acadêmico discuta e integre soluções plausíveis acerca da temática.

PALAVRAS-CHAVE: Justiça restaurativa, ressocialização, práticas restaurativas, ineficácia.

ABSTRACT: It is noticeable that in the current Brazilian prison scenario, the effort for alternatives to conflict resolution is growing, referring to the construction of a new model/paradigm of criminal justice that aims to influence or even modify precisely the way of acting and thinking about the criminal issue, the restorative justice model is presented. Restorative justice is strongly characterized by the immersion in the conflict, highlighting the subjectivities included, thus striving for restoration, including the repair of damage caused to the community and to the victim. Thus, the present research aims to discuss Restorative Justice as a model able to combat the inefficiency of the current Brazilian prison system. It is affirmed that the present study is characterized as being of fundamental importance, once the penitentiary system and, above all, the re-socialization scenario of the convict is in gradual degradation, being urgent that the academic environment discusses and integrates plausible solutions about the theme.

KEYWORDS: Restorative justice, resocialization, restorative practices, inefficiency.

SUPERLOTAÇÃO NO SISTEMA CARCERÁRIO E A RESSOCIALIZAÇÃO ATRAVÉS DA ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL

OVERCROWDING IN THE PRISON SYSTEM AND RESOCIALIZATION THROUGH EDUCATIONAL ASSISTANCE

Jean Carlos Almeida
João Lucas Silva Terra

RESUMO: Este artigo irá tratar da ineficácia da aplicação de Lei de Execução Penal no sistema carcerário brasileiro, sobre a triste realidade dos detentos e a situação precária que os mesmos se encontram para cumprir a pena que lhes foi imposta. Tem como objetivo tratar da ressocialização dos presos e demonstrar que através da educação com cursos profissionalizantes o número de reincidentes pode diminuir no Brasil, deixando assim de haver celas lotadas e sem nenhuma condição de sobreviver com o mínimo de dignidade que um ser humano necessita. Sendo assim, a falta de cumprimento aos artigos expostos na LEP faz com que os presos fiquem à mercê do Estado, e o mesmo se torna omissos diante do descaso para com os mesmos, e o sistema carcerário que deveria servir como maneira de ressocialização se torna uma escola do crime para os que ali se encontram com tanto descaso. Com isto, este trabalho foi desenvolvido através de referências bibliográficas, doutrinárias, jurisprudenciais, com base em livros e artigos jurídicos, e a metodologia utilizada foi a dedutiva, na qual se analisou alguns conceitos para buscar uma conclusão acerca da ressocialização do preso por meio da educação.

PALAVRAS-CHAVE: Cárcere. Educação. Ressocialização. Superlotação.

ABSTRACT: This article will deal with the ineffectiveness of the application of the Penal Execution Law in the Brazilian prison system, on the sad reality of inmates and the precarious situation they are in to serve the sentence imposed on them. Its objective is to deal with the re-socialization of prisoners and demonstrate that through education with professional courses the number of repeat offenders can decrease in Brazil, thus no longer having crowded cells and without any condition to survive with the minimum dignity that a human being needs. Thus, the lack of compliance with the articles exposed in the LEP makes the inmates at the mercy of the State, and it becomes silent in the face of its neglect, and the prison system that should serve as a way of re-socialization becomes a school of crime for those who find themselves there with so much neglect. With this, this work was developed through bibliographical, doctrinal and jurisprudential references, based on books and legal articles, and the methodology used was the deductive one, in which some concepts were analyzed to seek a conclusion about the prisoner's resocialization through the education.

KEYWORDS: Prison. Education. Resocialization. Overcrowded.

RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DA INSCRIÇÃO INDEVIDA DO CONSUMIDOR EM ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO

CIVIL LIABILITY ARISING FROM THE UNDUE REGISTRATION OF THE CONSUMER IN CREDIT PROTECTION BODIES

Thalita Marques Ferreira
Alessandra da Silva Chicarelli Okuno

RESUMO: O presente artigo trata sobre responsabilidade civil decorrente do erro da ação do credor em inscrever o consumidor nos órgãos de proteção ao crédito indevidamente, a consequência vem quando consumidor inesperadamente recebe a notícia de que seu CPF está restrito, causando a ele constrangimentos. Sendo levada a real consideração sobre responsabilidade civil objetiva a qual vem tratar à violação do direito de outra pessoa, que para ser provada independe da culpa. Em exemplo o Art. 17 do CDC (Código de Direito do Consumidor), traz a responsabilidade do credor equiparar aquele que foi danosamente afetado, sendo ele o consumidor. Este artigo traz a frente a vítima que não recebeu nenhum bem ou serviço, mas sofreu alguma ação, resultando no direito dos consumidores de danos morais. O dano moral tem o objetivo em indenizar o credor, aquele que causou constrangimento, dor, abalos psicológicos ou vergonha. O Art. 927 trata-se da obrigação da pessoa que causar o dano, repará-lo. (Art.186 e 187).

PALAVRAS-CHAVE: Responsabilidade civil. Dano moral. Inscrição indevida.

ABSTRACT: This article deals with civil liability arising from the error of the creditor's action to register the consumer in the credit protection agencies unduly, the consequence comes when the consumer unexpectedly receives the news that his CPF is restricted, causing him embarrassment. Being taken to real consideration of objective civil liability which comes to deal with the violation of another person's right, which, to be proven, is independent of guilt. For example, Article 17 of the CDC (Consumer Law Code), brings the responsibility of the creditor to match the one who was harmfully affected, being the consumer. This article brings forward the victim who did not receive any good or service, but suffered some action, resulting in the consumer's right to moral damages. Moral damage is intended to indemnify the creditor, the one who caused embarrassment, pain, psychological shock or shame. Article 927 deals with the obligation of the person causing the damage to repair it. (Art.186 and 187).

KEYWORDS: Civil responsibility. Moral damage. Improper registration.